

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução	45
------------------	----

LEI N.º 59/2008, de 11 de Setembro

Aprova o Regime e o Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas

Artigo 1.º – Objecto	47
Artigo 2.º – Cessação da comissão de serviço	47
Artigo 3.º – Âmbito de aplicação objectivo	47
Artigo 4.º – Duração dos contratos a termo certo para a execução de projectos de investigação e desenvolvimento	48
Artigo 5.º – Duração e organização do tempo de trabalho do pessoal das carreiras de saúde	48
Artigo 6.º – Aplicação do estatuto do pessoal dirigente aos trabalhadores contratados	48
Artigo 7.º – Aplicação da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho	49
Artigo 8.º – Disposições aplicáveis aos trabalhadores que exercem funções públicas na modalidade de nomeação	49
Artigo 9.º – Alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro	49
Artigo 10.º – Alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais ..	50
Artigo 11.º – Alteração ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos	50
Artigo 12.º – Alteração ao Código dos Contratos Públicos	51
Artigo 13.º – Aditamento do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março	51
Artigo 14.º – Contratos a termo resolutivo certo em execução	52
Artigo 15.º – Convenções vigentes	53
Artigo 16.º – Remissões	53

Artigo 17.º – Transição entre modalidades de relação jurídica de emprego público	53
Artigo 18.º – Norma revogatória	53
Artigo 19.º – Regras especiais de aplicação no tempo relativas à protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas	54
Artigo 20.º – Validade das convenções colectivas	54
Artigo 21.º – Trabalho nocturno	55
Artigo 22.º – Protecção da maternidade, paternidade e adopção	55
Artigo 23.º – Entrada em vigor	55

CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Regime

TÍTULO I

FONTES E APLICAÇÃO DO DIREITO

Artigo 1.º — Fontes específicas	59
Artigo 2.º — Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	60
Artigo 3.º — Subsidiariedade	60
Artigo 4.º — Princípio do tratamento mais favorável	61
Artigo 5.º — Lei aplicável ao contrato	61

TÍTULO II

CONTRATO

Capítulo I

Disposições gerais

Secção I

Sujeitos

Subsecção I

Direitos de personalidade

Artigo 6.º — Liberdade de expressão e de opinião	62
Artigo 7.º — Reserva da intimidade da vida privada	62
Artigo 8.º — Protecção de dados pessoais	63
Artigo 9.º — Integridade física e moral	64
Artigo 10.º — Testes e exames médicos	64
Artigo 11.º — Meios de vigilância à distância	65
Artigo 12.º — Confidencialidade de mensagens e de acesso a informação	65

Subsecção II
Igualdade e não discriminação

Divisão I
Disposições gerais

Artigo 13.º — Direito à igualdade no acesso ao emprego e no trabalho	66
Artigo 14.º — Proibição de discriminação	66
Artigo 15.º — Assédio	66
Artigo 16.º — Medidas de acção positiva	67
Artigo 17.º — Obrigação de indemnização	67

Divisão II
Igualdade e não discriminação em função do sexo

Artigo 18.º — Acesso ao emprego, actividade profissional e formação	67
Artigo 19.º — Condições de trabalho	67
Artigo 20.º — Carreira profissional	68
Artigo 21.º — Protecção do património genético	68
Artigo 22.º — Regras contrárias ao princípio da igualdade	68
Artigo 23.º — Legislação complementar	68

Subsecção III
Protecção da maternidade e da paternidade

Artigo 24.º — Maternidade e paternidade	68
Artigo 25.º — Definições	69
Artigo 26.º — Licença por maternidade	69
Artigo 27.º — Licença por paternidade	70
Artigo 28.º — Assistência a menor com deficiência	71
Artigo 29.º — Adopção	71
Artigo 30.º — Dispensas para consultas, amamentação e aleitação	71
Artigo 31.º — Faltas para assistência a menores	72
Artigo 32.º — Faltas para assistência a netos	72
Artigo 33.º — Faltas para assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica	72
Artigo 34.º — Licença parental e especial para assistência a filho ou adoptado	72
Artigo 35.º — Licença para assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica	73
Artigo 36.º — Tempo de trabalho	73
Artigo 37.º — Trabalho extraordinário	74
Artigo 38.º — Trabalho no período nocturno	74
Artigo 39.º — Reinserção profissional	74
Artigo 40.º — Protecção da segurança e saúde	74
Artigo 41.º — Regime das licenças, faltas e dispensas	75

Artigo 42.º — Protecção no despedimento	76
Artigo 43.º — Legislação complementar	77

Subsecção IV
Trabalhador com capacidade de trabalho reduzida

Artigo 44.º — Princípio geral	77
Artigo 45.º — Legislação complementar	77

Subsecção V
Trabalhador com deficiência ou doença crónica

Artigo 46.º — Igualdade de tratamento	77
Artigo 47.º — Medidas de acção positiva da entidade empregadora pública ..	78
Artigo 48.º — Dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade	78
Artigo 49.º — Trabalho extraordinário	78
Artigo 50.º — Trabalho no período nocturno	78
Artigo 51.º — Medidas de protecção	79

Subsecção VI
Trabalhador – estudante

Artigo 52.º — Noção	79
Artigo 53.º — Horário de trabalho	79
Artigo 54.º — Prestação de provas de avaliação	79
Artigo 55.º — Regime de turnos	79
Artigo 56.º — Férias e licenças	80
Artigo 57.º — Efeitos profissionais da valorização escolar	80
Artigo 58.º — Legislação complementar	80

Subsecção VII
Trabalhador estrangeiro

Artigo 59.º — Âmbito	80
Artigo 60.º — Igualdade de tratamento	81
Artigo 61.º — Formalidades	81
Artigo 62.º — Deveres de comunicação	81
Artigo 63.º — Apátridas	82

Secção II
Formação do contrato

Subsecção I
Negociação

Artigo 64.º — Culpa na formação do contrato	82
---	----

Subsecção II
Contrato de adesão

Artigo 65.º — Contrato de adesão	82
Artigo 66.º — Cláusulas contratuais gerais	83

Subsecção III
Informação

Artigo 67.º — Dever de informação	83
Artigo 68.º — Objecto do dever de informação	83
Artigo 69.º — Meio de informação	84
Artigo 70.º — Informação relativa à prestação de trabalho no estrangeiro	84
Artigo 71.º — Informação sobre alterações	85

Subsecção IV
Forma

Artigo 72.º — Forma	85
---------------------------	----

Secção III
Período experimental

Artigo 73.º — Noção	86
Artigo 74.º — Denúncia pelo trabalhador	87
Artigo 75.º — Contagem do período experimental	87
Artigo 76.º — Contratos por tempo indeterminado	87
Artigo 77.º — Contratos a termo	88
Artigo 78.º — Redução e exclusão do período experimental e denúncia do contrato	88

Secção IV
Objecto

Artigo 79.º — Objecto do contrato	88
Artigo 80.º — Autonomia técnica	89
Artigo 81.º — Título profissional	89

Secção V
Invalidade do contrato

Artigo 82.º — Invalidade parcial do contrato	90
Artigo 83.º — Efeitos da invalidade do contrato	90
Artigo 84.º — Invalidade e cessação do contrato	90
Artigo 85.º — Convalidação do contrato	90

Secção VI
Direitos, deveres e garantias das partes

Subsecção I
Disposições gerais

Artigo 86.º — Princípio geral	91
Artigo 87.º — Deveres da entidade empregadora pública	91
Artigo 88.º — Deveres do trabalhador	92
Artigo 89.º — Garantias do trabalhador	92

Subsecção II
Formação profissional

Artigo 90.º — Princípio geral	93
-------------------------------------	----

Secção VII
Cláusulas acessórias

Subsecção I
Termo

Artigo 91.º — Princípio geral	94
Artigo 92.º — Termo resolutivo	94

Subsecção II
Termo resolutivo

Divisão I
Disposições gerais

Artigo 93.º — Pressupostos do contrato	95
Artigo 94.º — Justificação do termo	96
Artigo 95.º — Formalidades	96
Artigo 96.º — Contratos sucessivos	97
Artigo 97.º — Informações	97
Artigo 98.º — Obrigações sociais	98
Artigo 99.º — Preferência na admissão	98
Artigo 100.º — Igualdade de tratamento	98
Artigo 101.º — Formação	98
Artigo 102.º — Taxa social única	98

Divisão II
Termo certo

Artigo 103.º — Duração	99
------------------------------	----

Artigo 104.º — Renovação do contrato	99
Artigo 105.º — Estipulação de prazo inferior a seis meses	99

Divisão III

Termo incerto

Artigo 106.º — Pressupostos	100
Artigo 107.º — Duração	100

Subsecção III

Cláusulas de limitação da liberdade de trabalho

Artigo 108.º — Pacto de não concorrência	101
Artigo 109.º — Pacto de permanência	102
Artigo 110.º — Limitação de liberdade de trabalho	102

Capítulo II

Prestação do trabalho

Secção I

Disposições gerais

Artigo 111.º — Princípio geral	102
Artigo 112.º — Poder de direcção	102
Artigo 113.º — Funções desempenhadas	102
Artigo 114.º — Efeitos remuneratórios	103
Artigo 115.º — Regulamento interno do órgão ou serviço	103

Secção II

Local de trabalho

Artigo 116.º — Noção	104
----------------------------	-----

Secção III

Duração e organização do tempo de trabalho

Subsecção I

Noções e princípios gerais

Artigo 117.º — Tempo de trabalho	104
Artigo 118.º — Interrupções e intervalos	104
Artigo 119.º — Período de descanso	105
Artigo 120.º — Período normal de trabalho	105
Artigo 121.º — Horário de trabalho	105
Artigo 122.º — Período de funcionamento	105
Artigo 123.º — Período de atendimento	106

Artigo 124.º — Ritmo de trabalho	106
Artigo 125.º — Registo	106

Subsecção II
Limites à duração do trabalho

Artigo 126.º — Limites máximos dos períodos normais de trabalho	106
Artigo 127.º — Adaptabilidade	107
Artigo 128.º — Período de referência	108
Artigo 129.º — Excepções aos limites máximos dos períodos normais de trabalho	109
Artigo 130.º — Redução dos limites máximos dos períodos normais de trabalho	109
Artigo 131.º — Duração média do trabalho	109

Subsecção III
Horário de trabalho

Artigo 132.º — Definição do horário de trabalho	110
Artigo 133.º — Horário de trabalho e períodos de funcionamento e de atendimento	110
Artigo 134.º — Critérios especiais de definição do horário de trabalho	110
Artigo 135.º — Alteração do horário de trabalho	110
Artigo 136.º — Intervalo de descanso	111
Artigo 137.º — Redução ou dispensa de intervalo de descanso	112
Artigo 138.º — Descanso diário	112
Artigo 139.º — Condições de isenção de horário de trabalho	113
Artigo 140.º — Efeitos da isenção de horário de trabalho	113
Artigo 141.º — Mapas de horário de trabalho	113

Subsecção IV
Trabalho a tempo parcial

Artigo 142.º — Noção	114
Artigo 143.º — Liberdade de celebração	115
Artigo 144.º — Preferência na admissão ao trabalho a tempo parcial	115
Artigo 145.º — Forma e formalidades	115
Artigo 146.º — Condições de trabalho	115
Artigo 147.º — Alteração da duração do trabalho	116
Artigo 148.º — Deveres da entidade empregadora pública	117

Subsecção V
Trabalho por turnos

Artigo 149.º — Noção	117
Artigo 150.º — Organização	117

Artigo 151.º — Protecção em matéria de segurança, higiene e saúde	118
Artigo 152.º — Registo dos trabalhadores em regime de turnos	118

Subsecção VI
Trabalho nocturno

Artigo 153.º — Noção	119
Artigo 154.º — Trabalhador nocturno	119
Artigo 155.º — Duração	119
Artigo 156.º — Protecção do trabalhador nocturno	120
Artigo 157.º — Garantia	120

Subsecção VII
Trabalho extraordinário

Artigo 158.º — Noção	121
Artigo 159.º — Obrigatoriedade	121
Artigo 160.º — Condições da prestação de trabalho extraordinário	121
Artigo 161.º — Limites da duração do trabalho extraordinário	122
Artigo 162.º — Trabalho a tempo parcial	122
Artigo 163.º — Descanso compensatório	122
Artigo 164.º — Casos especiais	123
Artigo 165.º — Registo	123

Subsecção VIII
Descanso semanal

Artigo 166.º — Semana de trabalho e descanso semanal	124
Artigo 167.º — Duração do descanso semanal obrigatório	125

Subsecção IX
Feriados

Artigo 168.º — Feriados obrigatórios	126
Artigo 169.º — Feriados facultativos	126
Artigo 170.º — Imperatividade	127

Subsecção X
Férias

Artigo 171.º — Direito a férias	127
Artigo 172.º — Aquisição do direito a férias	127
Artigo 173.º — Duração do período de férias	128
Artigo 174.º — Direito a férias nos contratos de duração inferior a seis meses	128
Artigo 175.º — Cumulação de férias	128
Artigo 176.º — Marcação do período de férias	129

Artigo 177.º — Alteração da marcação do período de férias	129
Artigo 178.º — Doença no período de férias	130
Artigo 179.º — Efeitos da suspensão do contrato por impedimento prolongado	131
Artigo 180.º — Efeitos da cessação do contrato	131
Artigo 181.º — Violação do direito a férias	132
Artigo 182.º — Exercício de outra actividade durante as férias	132
Artigo 183.º — Contacto em período de férias	132

Subsecção XI
Faltas

Artigo 184.º — Noção	132
Artigo 185.º — Tipos de faltas	133
Artigo 186.º — Imperatividade	134
Artigo 187.º — Faltas por motivo de falecimento de parentes ou afins	134
Artigo 188.º — Faltas por conta do período de férias	134
Artigo 189.º — Comunicação da falta justificada	134
Artigo 190.º — Prova da falta justificada	135
Artigo 191.º — Efeitos das faltas justificadas	135
Artigo 192.º — Efeitos das faltas injustificadas	136
Artigo 193.º — Efeitos das faltas no direito a férias	137

Secção IV
Teletrabalho

Artigo 194.º — Noção	137
Artigo 195.º — Formalidades	137
Artigo 196.º — Liberdade contratual	138
Artigo 197.º — Igualdade de tratamento	138
Artigo 198.º — Privacidade	138
Artigo 199.º — Instrumentos de trabalho	139
Artigo 200.º — Segurança, higiene e saúde no trabalho	139
Artigo 201.º — Período normal de trabalho	139
Artigo 202.º — Isenção de horário de trabalho	139
Artigo 203.º — Deveres secundários	139
Artigo 204.º — Participação e representação colectivas	140

Capítulo III
Remuneração e outras atribuições patrimoniais

Secção I
Disposições gerais

Artigo 205.º — Princípios gerais	140
Artigo 206.º — Imperatividade	141
Artigo 207.º — Subsídio de Natal	141
Artigo 208.º — Remuneração do período de férias	141

Artigo 209.º — Isenção de horário de trabalho	141
Artigo 210.º — Trabalho nocturno	142
Artigo 211.º — Trabalho por turnos	142
Artigo 212.º — Trabalho extraordinário	143
Artigo 213.º — Feriados.	143

Secção II

Determinação do valor da remuneração

Artigo 214.º — Princípios gerais	143
Artigo 215.º — Cálculo do valor da remuneração horária	144

Secção III

Retribuição mínima

Artigo 216.º — Retribuição mínima mensal garantida.	144
---	-----

Secção IV

Cumprimento

Artigo 217.º — Forma de cumprimento.	144
Artigo 218.º — Tempo do cumprimento	144

Secção V

Garantias

Artigo 219.º — Compensações e descontos	145
Artigo 220.º — Insusceptibilidade de cessão	145

Capítulo IV

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Artigo 221.º — Princípios gerais	146
Artigo 222.º — Obrigações gerais da entidade empregadora pública.	146
Artigo 223.º — Obrigações gerais do trabalhador	148
Artigo 224.º — Informação e consulta dos trabalhadores	149
Artigo 225.º — Serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho	150
Artigo 226.º — Representantes dos trabalhadores	150
Artigo 227.º — Formação dos trabalhadores.	151
Artigo 228.º — Inspecção	151
Artigo 229.º — Legislação complementar	152

Capítulo V
Vicissitudes contratuais

Secção I
Redução da actividade e suspensão do contrato

Subsecção I
Disposições gerais

Artigo 230.º — Factos que determinam a redução ou a suspensão	152
Artigo 231.º — Efeitos da redução e da suspensão	152

Subsecção II
Suspensão do contrato por facto respeitante ao trabalhador

Artigo 232.º — Factos determinantes	153
Artigo 233.º — Regresso do trabalhador	153

Subsecção III
Licenças

Artigo 234.º — Concessão e recusa de licença	153
Artigo 235.º — Efeitos	154

Subsecção IV
Pré-reforma

Artigo 236.º — Noção de pré-reforma	155
Artigo 237.º — Acordo de pré-reforma	155
Artigo 238.º — Direitos do trabalhador	155
Artigo 239.º — Prestação de pré-reforma	155
Artigo 240.º — Não pagamento pontual da prestação de pré-reforma	156
Artigo 241.º — Extinção da situação de pré-reforma	156
Artigo 242.º — Requerimento da reforma por velhice	156

Capítulo VII
Incumprimento do contrato

Secção I
Disposições gerais

Artigo 243.º — Princípio geral	156
Artigo 244.º — Mora	157

Secção II

Prescrição

Artigo 245.º — Prescrição e regime de provas dos créditos resultantes do contrato	157
---	-----

Capítulo VII

Cessação do contrato

Secção I

Disposições gerais

Artigo 246.º — Proibição de despedimento sem justa causa	157
Artigo 247.º — Natureza imperativa	157
Artigo 248.º — Modalidades de cessação do contrato	158
Artigo 249.º — Documentos a entregar ao trabalhador	158
Artigo 250.º — Devolução de instrumentos de trabalho	158

Secção II

Caducidade

Artigo 251.º — Causas da caducidade	159
Artigo 252.º — Caducidade do contrato a termo certo	159
Artigo 253.º — Caducidade do contrato a termo incerto	159
Artigo 254.º — Reforma por velhice	160

Secção III

Revogação

Artigo 255.º — Cessação por acordo	16
Artigo 256.º — Acordo de cessação	160
Artigo 257.º — Forma	161
Artigo 258.º — Cessação do acordo de revogação	161

Secção IV

Cessação por iniciativa da entidade empregadora publica

Subsecção I

Resolução

Divisão IV

Despedimento por inadaptação

Artigo 259.º — Noção	161
Artigo 260.º — Situações de inadaptação	162
Artigo 261.º — Requisitos	162
Artigo 262.º — Reocupação do anterior posto de trabalho	163
Artigo 263.º — Aviso prévio	164

Artigo 264.º — Crédito de horas	164
Artigo 265.º — Denúncia.	164
Artigo 266.º — Compensação	165
Artigo 267.º — Manutenção do nível de emprego	165

Subsecção II
Procedimento

Divisão IV
Despedimento por inadaptação

Artigo 268.º — Comunicações.	166
Artigo 269.º — Consultas	166
Artigo 270.º — Decisão	167

Subsecção III
Ilicitude do despedimento

Artigo 271.º — Princípio geral.	167
Artigo 272.º — Despedimento por inadaptação.	167
Artigo 273.º — Suspensão do despedimento	168
Artigo 274.º — Impugnação do despedimento	168
Artigo 275.º — Efeitos da ilicitude.	168
Artigo 276.º — Compensação	168
Artigo 277.º — Reintegração	169
Artigo 278.º — Indemnização em substituição da reintegração.	169
Artigo 279.º — Regras especiais relativas ao contrato a termo.	169

Secção V
Cessação por iniciativa do trabalhador

Subsecção I
Resolução

Artigo 280.º — Regras gerais	170
Artigo 281.º — Procedimento	170
Artigo 282.º — Indemnização devida ao trabalhador	170
Artigo 283.º — Impugnação da resolução	171
Artigo 284.º — Resolução ilícita	11
Artigo 285.º — Responsabilidade do trabalhador em caso de resolução ilícita	171

Subsecção II
Denúncia

Artigo 286.º — Aviso prévio	171
Artigo 287.º — Falta de incumprimento do prazo de aviso prévio.	172
Artigo 288.º — Não produção de efeitos da declaração de cessação do contrato	172

TÍTULO III
DIREITO COLECTIVO

Subtítulo I
Sujeitos

Capítulo I
Estruturas de representação colectiva dos trabalhadores

Secção I
Princípios

Subsecção I
Disposições gerais

Artigo 289.º — Estruturas de representação colectiva dos trabalhadores	173
Artigo 290.º — Autonomia e independência	173
Artigo 291.º — Proibição de actos discriminatórios.	173

Subsecção II
Protecção especial dos representantes dos trabalhadores

Artigo 292.º — Crédito de horas	174
Artigo 293.º — Faltas.	174
Artigo 294.º — Protecção em caso de procedimento disciplinar e despedimento	174
Artigo 295.º — Protecção em caso de mudança de local de trabalho.	175

Subsecção III
Informação e consulta

Artigo 296.º — Deveres de informação e consulta	175
Artigo 297.º — Justificação e controlo.	176

Secção II
Comissões de trabalhadores

Subsecção I
Constituição, estatutos e eleição das comissões e das subcomissões de trabalhadores

Artigo 298.º — Princípios gerais	176
Artigo 299.º — Personalidade e capacidade	176
Artigo 300.º — Remissão	176
Artigo 301.º — Composição das comissões de trabalhadores	177
Artigo 302.º — Subcomissões de trabalhadores.	177

Subsecção II
Direitos em geral

Artigo 303.º — Direitos das comissões e das subcomissões de trabalhadores . .	177
Artigo 304.º — Crédito de horas	177
Artigo 305.º — Reuniões dos trabalhadores.	178
Artigo 306.º — Apoio às comissões de trabalhadores	178
Artigo 307.º — Exercício abusivo	179

Secção III
Associações sindicais

Subsecção I
Disposições preliminares

Artigo 308.º — Direito de associação sindical	179
Artigo 309.º — Noções	179
Artigo 310.º — Direitos	180
Artigo 311.º — Princípios	181
Artigo 312.º — Liberdade sindical individual	181

Subsecção II
Organização sindical

Artigo 313.º — Auto-regulamentação, eleição e gestão	181
Artigo 314.º — Independência.	181
Artigo 315.º — Regime subsidiário	182
Artigo 316.º — Registo e aquisição de personalidade	182
Artigo 317.º — Alterações dos estatutos	183
Artigo 318.º — Conteúdo dos estatutos	183
Artigo 319.º — Princípios da organização e da gestão democráticas	184
Artigo 320.º — Participação nos processos eleitorais.	185
Artigo 321.º — Regime disciplinar.	185
Artigo 322.º — Aquisição e impenhorabilidade de bens	185
Artigo 323.º — Publicidade dos membros da direcção	185
Artigo 324.º — Dissolução e destino dos bens	186
Artigo 325.º — Cancelamento do registo.	186

Subsecção III
Quotização sindical

Artigo 326.º — Garantias.	186
Artigo 327.º — Carteiras profissionais	186
Artigo 328.º — Cobrança de quotas	186
Artigo 329.º — Declaração, pedido e revogação	187

Subsecção IV

Exercício da actividade sindical no órgão ou serviço

Artigo 330.º — Acção sindical no órgão ou serviço	187
Artigo 331.º — Reuniões de trabalhadores	188
Artigo 332.º — Delegado sindical, comissão sindical e comissão intersindical	188
Artigo 333.º — Comunicação à entidade empregadora pública sobre eleição e destituição dos delegados sindicais	188
Artigo 334.º — Número de delegados sindicais	189
Artigo 335.º — Direito a instalações	189
Artigo 336.º — Direito de afixação e informação sindical	190
Artigo 337.º — Direito a informação e consulta	190
Artigo 338.º — Crédito de horas dos delegados sindicais	191

Subsecção V

Membros da direcção das associações sindicais

Artigo 339.º — Crédito de horas e faltas dos membros da direcção.	192
---	-----

Subtítulo II

Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho

Capítulo I

Princípios gerais

Secção I

Disposições gerais

Artigo 340.º — Forma.	192
Artigo 341.º — Limites	192
Artigo 342.º — Publicidade	193

Secção II

Concorrência e articulação entre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho

Artigo 343.º — Articulação entre acordos colectivos de trabalho	193
Artigo 344.º — Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho não negociais	194
Artigo 345.º — Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho negociais e não negociais	194

Capítulo II

Acordo colectivo de trabalho

Secção I

Princípio geral

Artigo 346.º — Promoção da contratação colectiva.	194
---	-----

Secção II
Legitimidade, representação, objecto e conteúdo

Artigo 347.º — Legitimidade e representação	195
Artigo 348.º — Conteúdo	196
Artigo 349.º — Comissão paritária	197
Artigo 350.º — Conteúdo obrigatório	197

Secção III
Negociação

Artigo 351.º — Proposta	198
Artigo 352.º — Resposta	198
Artigo 353.º — Prioridade em matéria negocial.	198
Artigo 354.º — Boa fé na negociação.	198
Artigo 355.º — Apoio técnico da Administração.	199

Secção IV
Depósito

Artigo 356.º — Depósito.	199
Artigo 357.º — Recusa de depósito	199
Artigo 358.º — Alteração de acordos.	200

Secção V
Âmbito pessoal

Artigo 359.º — Princípio da filiação	200
Artigo 360.º — Efeitos da filiação.	200
Artigo 361.º — Efeitos da desfiliação.	200
Artigo 362.º — Efeitos da sucessão nas atribuições	201

Secção VI
Âmbito temporal

Artigo 363.º — Vigência	201
Artigo 364.º — Sobrevigência	202
Artigo 365.º — Denúncia.	203
Artigo 366.º — Cessação	203
Artigo 367.º — Sucessão de acordos colectivos de trabalho.	204

Secção VII
Cumprimento

Artigo 368.º — Execução.	204
Artigo 369.º — Incumprimento	204

Capítulo III
Acordo de adesão

Artigo 370.º — Adesão a acordos colectivos de trabalho e a decisões arbitrais .	205
---	-----

Capítulo IV
Arbitragem

Secção I
Arbitragem voluntária

Artigo 371.º — Admissibilidade.	205
Artigo 372.º — Funcionamento.	205
Artigo 373.º — Efeitos da decisão arbitral	206

Secção II
Arbitragem necessária

Artigo 374.º — Funcionamento.	206
Artigo 375.º — Listas de árbitros	207
Artigo 376.º — Efeitos da decisão arbitral	208
Artigo 377.º — Legislação complementar.	208

Capítulo V
Regulamento de extensão

Artigo 378.º — Extensão de acordos colectivos de trabalho ou decisões arbitrais	208
Artigo 379.º — Competência	209
Artigo 380.º — Admissibilidade de emissão de regulamentos de extensão	209
Artigo 381.º — Procedimento de elaboração do regulamento de extensão	209

Capítulo VI
Publicação e entrada em vigor

Artigo 382.º — Publicação e entrada em vigor dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	209
--	-----

Subtítulo III
Conflitos colectivos

Capítulo I
Resolução de conflitos colectivos

Secção I
Princípio geral

Artigo 383.º — Boa fé	210
---------------------------------	-----

Secção II
Conciliação

Artigo 384.º — Admissibilidade	210
Artigo 385.º — Funcionamento	210
Artigo 386.º — Procedimento de conciliação	211
Artigo 387.º — Transformação da conciliação em mediação	211

Secção III
Mediação

Artigo 388.º — Admissibilidade	211
Artigo 389.º — Funcionamento	212
Artigo 390.º — Convocatória pelo mediador	212

Secção IV
Arbitragem

Artigo 391.º — Arbitragem	213
-------------------------------------	-----

Capítulo II
Greve

Artigo 392.º — Direito à greve	213
Artigo 393.º — Competências para declarar a greve	213
Artigo 394.º — Representação dos trabalhadores	213
Artigo 395.º — Piquetes de greve	214
Artigo 396.º — Aviso prévio	214
Artigo 397.º — Proibição de substituição dos grevistas	214
Artigo 398.º — Efeitos da greve	215
Artigo 399.º — Obrigações durante a greve	216
Artigo 400.º — Definição dos serviços mínimos	217
Artigo 401.º — Regime de prestação dos serviços mínimos	218
Artigo 402.º — Incumprimento da obrigação de prestação dos serviços mínimos	218
Artigo 403.º — Termo de greve	218
Artigo 404.º — Proibição de discriminações devidas à greve	218
Artigo 405.º — Inobservância da lei	219
Artigo 406.º — Lock-out	219
Artigo 407.º — Contratação colectiva	219

REGIME DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS Regulamento

CAPÍTULO I Direitos de personalidade

Artigo 1.º — Dados biométricos	223
Artigo 2.º — Utilização de meios de vigilância a distância	223
Artigo 3.º — Informação sobre meios de vigilância a distância	224

CAPÍTULO II Igualdade e não discriminação

Secção I Âmbito

Artigo 4.º — Âmbito	224
-------------------------------	-----

Secção II Igualdade e não discriminação

Subsecção I Disposições gerais

Artigo 5.º — Dever de informação	224
Artigo 6.º — Conceitos	224
Artigo 7.º — Direito à igualdade nas condições de acesso e no trabalho	225
Artigo 8.º — Protecção contra actos de retaliação	226
Artigo 9.º — Extensão da protecção em situações de discriminação	226

Subsecção II Igualdade e não discriminação em função do sexo

Divisão I Princípios gerais

Artigo 10.º — Formação profissional	226
Artigo 11.º — Igualdade de remuneração	226
Artigo 12.º — Sanção sem motivo justificativo	227
Artigo 13.º — Regras contrárias ao princípio da igualdade	227
Artigo 14.º — Registos	227

Divisão II
Protecção do património genético

Artigo 15.º — Agentes susceptíveis de implicar riscos para o património genético	228
--	-----

Divisão III
Actividades proibidas que envolvam agentes biológicos, físicos ou químicos proibidos

Artigo 16.º — Agentes biológicos, físicos ou químicos proibidos	228
Artigo 17.º — Utilizações permitidas de agentes proibidos.	228

Divisão IV
**Actividades condicionadas que envolvam agentes biológicos,
físicos ou químicos condicionados**

Artigo 18.º — Disposições gerais	229
Artigo 19.º — Início da actividade	229
Artigo 20.º — Avaliação de riscos	230
Artigo 21.º — Substituição e redução de agentes	231
Artigo 22.º — Redução dos riscos de exposição	231
Artigo 23.º — Informação das autoridades competentes	232
Artigo 24.º — Exposição previsível.	232
Artigo 25.º — Exposição imprevisível.	233
Artigo 26.º — Acesso às áreas de riscos	233
Artigo 27.º — Comunicação de acidente ou incidente	233
Artigo 28.º — Vigilância da saúde	233
Artigo 29.º — Higiene e protecção individual	235
Artigo 30.º — Registo e arquivo de documentos.	235
Artigo 31.º — Conservação de registos e arquivos	236

Divisão V
Actividades condicionadas que envolvam agentes biológicos condicionados

Artigo 32.º — Avaliação dos riscos	236
Artigo 33.º — Vacinação dos trabalhadores	237

Divisão VI
Actividades condicionadas que envolvam agentes químicos condicionados

Artigo 34.º — Avaliação dos riscos	237
Artigo 35.º — Medição da exposição	238
Artigo 36.º — Operações específicas	238
Artigo 37.º — Acidentes, incidentes e situações de emergência	238
Artigo 38.º — Instalações e equipamentos de trabalho	239
Artigo 39.º — Informação sobre as medidas de emergência	239

Capítulo III
Protecção da maternidade e da paternidade

Secção I
Âmbito

Artigo 40.º — Âmbito	240
----------------------------	-----

Secção II
Licenças, dispensas e faltas

Artigo 41.º — Dever de informação	240
Artigo 42.º — Licença por maternidade	240
Artigo 43.º — Licença por paternidade	241
Artigo 44.º — Condições especiais de trabalho para assistência a filho com deficiência ou doença crónica	241
Artigo 45.º — Licença por adopção	242
Artigo 46.º — Dispensa para consultas pré-natais	242
Artigo 47.º — Dispensas para amamentação e aleitação	243
Artigo 48.º — Faltas para assistência a filho menor, com deficiência ou doença crónica	243
Artigo 49.º — Faltas para assistência a netos	244
Artigo 50.º — Licença parental	244
Artigo 51.º — Licenças para assistência a filho ou adoptado e pessoa com deficiência ou doença crónica	244

Secção III
Regimes de trabalho especiais

Artigo 52.º — Trabalho a tempo parcial	245
Artigo 53.º — Flexibilidade de horário	245
Artigo 54.º — Autorização para trabalho a tempo parcial ou com flexibilidade de horário	246
Artigo 55.º — Prorrogação e cessação do trabalho a tempo parcial	247
Artigo 56.º — Efeitos da redução do período normal de trabalho	247
Artigo 57.º — Dispensa de trabalho nocturno	248

Secção IV
Actividades condicionadas ou proibidas

Subsecção I
Actividades condicionadas à trabalhadora grávida, puérpera ou lactante

Artigo 58.º — Actividades condicionadas	28
Artigo 59.º — Agentes físicos	248
Artigo 60.º — Agentes biológicos	249

Artigo 61.º — Agentes químicos	249
Artigo 62.º — Processos industriais e condições de trabalho	249

Subsecção II
Actividades proibidas a trabalhadora grávida

Artigo 63.º — Actividades proibidas	250
Artigo 64.º — Agentes físicos	250
Artigo 65.º — Agentes biológicos	250
Artigo 66.º — Agentes químicos	250
Artigo 67.º — Condições de trabalho	250

Subsecção III
Actividades proibidas à trabalhadora lactante

Artigo 68.º — Agentes e condições de trabalho	251
Artigo 69.º — Condições de trabalho	251

Secção V
Protecção no trabalho e no despedimento

Artigo 70.º — Protecção no trabalho	251
Artigo 71.º — Efeitos das licenças	251
Artigo 72.º — Protecção no despedimento	252

Secção IV
Disposições comuns

Artigo 73.º — Extensão de direitos atribuídos aos progenitores	252
Artigo 74.º — Condição de exercício do poder paternal	253
Artigo 75.º — Regime das licenças, dispensas e faltas	253
Artigo 76.º — Subsídio de refeição	254
Artigo 77.º — Incompatibilidades	254

Secção VII
Protecção social

Artigo 78.º — Subsídio	255
Artigo 79.º — Subsídio em caso de faltas para assistência	255
Artigo 80.º — Relevância para acesso a prestações de protecção social	255
Artigo 81.º — Subsídio em caso de licença especial para assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica	255

Secção VIII
Trabalhadores nomeados

Artigo 82.º — Regime especial aplicável aos trabalhadores nomeados	255
--	-----

Subsecção I
Licenças, dispensas e faltas

Artigo 83.º — Efeitos das licenças por maternidade, paternidade e adopção . .	256
Artigo 84.º — Efeitos das dispensas e faltas	256

Subsecção II
Regime de trabalho especial

Artigo 85.º — Faltas para assistência a membros do agregado familiar	256
Artigo 86.º — Trabalho a tempo parcial e flexibilidade de horário	257

CAPÍTULO IV
Trabalhador-estudante

Artigo 87.º — Âmbito	258
Artigo 88.º — Concessão do estatuto de trabalhador-estudante	258
Artigo 89.º — Dispensa de trabalho	258
Artigo 90.º — Trabalho extraordinário e adaptabilidade	259
Artigo 91.º — Prestação de provas de avaliação	259
Artigo 92.º — Férias e licenças	260
Artigo 93.º — Cessação de direitos	260
Artigo 94.º — Excesso de candidatos à frequência de cursos	260
Artigo 95.º — Especificidades da frequência de estabelecimentos de ensino . .	261
Artigo 96.º — Cumulação de regimes	261

CAPÍTULO V
Trabalhadores estrangeiros e apátridas

Artigo 97.º — Âmbito	262
Artigo 98.º — Formalidades	262
Artigo 99.º — Comunicação da celebração e da cessação	262

CAPÍTULO VI
Taxa social única

Artigo 100.º — Âmbito	262
Artigo 101.º — Taxa social única	263
Artigo 102.º — Determinação do número de trabalhadores	263
Artigo 103.º — Compensação do aumento da taxa social única	263

CAPÍTULO VII
Mapas de horário de trabalho

Artigo 104.º — Âmbito	263
Artigo 105.º — Mapa de horário de trabalho	263
Artigo 106.º — Afixação do mapa de horário de trabalho	264
Artigo 107.º — Alteração do mapa de horário de trabalho	264

CAPÍTULO VIII
Condições ou garantias da prestação do trabalho nocturno

Artigo 108.º — Âmbito	264
Artigo 109.º — Actividades	265
Artigo 110.º — Avaliação de riscos	265
Artigo 111.º — Consulta	265

CAPÍTULO IX
Registo do trabalho extraordinário

Artigo 112.º — Âmbito	265
Artigo 113.º — Registo	266
Artigo 114.º — Actividade realizada no exterior do órgão ou serviço	266

CAPÍTULO X
Fiscalização de doenças durante as férias

Secção I
Âmbito

Artigo 115.º — Âmbito	266
---------------------------------	-----

Secção II
Verificação da situação de doença por médico designado pela segurança social

Artigo 116.º — Requerimento	266
Artigo 117.º — Designação de médico	267

Secção III
Verificação da situação de doença por médico designado pela entidade empregadora pública

Artigo 118.º — Designação de médico	267
---	-----

Secção IV
Reavaliação da situação de doença

Artigo 119.º — Comissão de avaliação	268
--	-----

Artigo 120.º — Requerimento	268
Artigo 121.º — Procedimento	268

Secção V
Disposições comuns

Artigo 122.º — Impossibilidade de comparência ao exame médico.	269
Artigo 123.º — Comunicação do resultado da verificação.	269
Artigo 124.º — Comunicações.	269
Artigo 125.º — Eficácia do resultado da verificação da situação de doença ...	269

Secção VI
Taxas

Artigo 126.º — Taxas.	269
----------------------------	-----

CAPÍTULO XI
Faltas para assistência à família

Artigo 127.º — Âmbito	270
Artigo 128.º — Faltas para assistência a membros do agregado familiar.	270
Artigo 129.º — Efeitos	270

CAPÍTULO XII
Fiscalização de doença

Artigo 130.º — Âmbito	270
Artigo 131.º — Regime	271

CAPÍTULO XIII
Segurança, higiene e saúde no trabalho

Secção I
Âmbito

Artigo 132.º — Âmbito	271
-----------------------------	-----

Secção II
Disposições gerais

Artigo 133.º — Conceitos	271
Artigo 134.º — Consulta e participação.	272
Artigo 135.º — Comissões de segurança, higiene e saúde no trabalho.	272
Artigo 136.º — Formação dos representantes dos trabalhadores.	272
Artigo 137.º — Formação dos trabalhadores	273

Secção III
Serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho

Subsecção I
Disposições gerais

Artigo 138.º — Âmbito	273
---------------------------------	-----

Subsecção II
Organização dos serviços

Divisão I
Disposições gerais

Artigo 139.º — Modalidades	273
Artigo 140.º — Primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	274
Artigo 141.º — Representante da entidade empregadora pública	274
Artigo 142.º — Formação adequada	274

Divisão II
Serviços internos

Artigo 143.º — Serviços internos	275
Artigo 144.º — Taxas de incidência e de gravidade de acidentes de trabalho . .	275

Divisão III
Serviços partilhados

Artigo 145.º — Serviços partilhados	275
---	-----

Divisão IV
Serviços externos

Artigo 146.º — Serviços externos	275
--	-----

Divisão V
Autorização de serviços externos

Artigo 147.º — Autorização	276
Artigo 148.º — Requerimento de autorização de serviços externos	277
Artigo 149.º — Instrução e vistoria	278
Artigo 150.º — Elementos de apreciação	279
Artigo 151.º — Alteração da autorização	280
Artigo 152.º — Audiência do interessado	280
Artigo 153.º — Pagamento de taxas	280
Artigo 154.º — Decisão	280

Divisão VI
Qualificação dos restantes serviços

Artigo 155.º — Qualificação	281
-----------------------------------	-----

Subsecção III
Funcionamento dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho

Divisão I
Princípios gerais

Artigo 156.º — Objectivos	281
Artigo 157.º — Actividades principais	281

Divisão II
Segurança e higiene no trabalho

Artigo 158.º — Actividades técnicas	283
Artigo 159.º — Garantia mínima de funcionamento	283
Artigo 160.º — Informação técnica	283

Divisão III
Saúde no trabalho

Artigo 161.º — Vigilância da saúde	284
Artigo 162.º — Exames de saúde	284
Artigo 163.º — Ficha clínica	285
Artigo 164.º — Ficha de aptidão	285
Artigo 165.º — Informação técnica	285
Artigo 166.º — Garantia mínima de funcionamento	285

Divisão IV
Acompanhamento e auditoria dos serviços externos

Artigo 167.º — Acompanhamento	286
Artigo 168.º — Auditoria	286

Subsecção IV
Informação e consulta e deveres dos trabalhadores

Artigo 169.º — Informação e consulta	287
Artigo 170.º — Consulta	287
Artigo 171.º — Deveres dos trabalhadores	288

Subsecção V
Disposições finais

Artigo 172.º — Médico do trabalho	288
---	-----

Artigo 173.º — Comunicação ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral	288
Artigo 174.º — Notificações	289
Artigo 175.º — Relatório de actividades	289
Artigo 176.º — Documentação	290
Artigo 177.º — Encargos	290
Artigo 178.º — Taxas	290
Artigo 179.º — Produto das taxas	291

Secção IV

Representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho

Subsecção I

Disposição geral

Artigo 180.º — Âmbito	291
---------------------------------	-----

Subsecção II

Eleição dos representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho

Artigo 181.º — Capacidade eleitoral	291
Artigo 182.º — Promoção da eleição	292
Artigo 183.º — Publicidade	292
Artigo 184.º — Comissão eleitoral	292
Artigo 185.º — Competência e funcionamento da comissão eleitoral	293
Artigo 186.º — Caderno eleitoral	293
Artigo 187.º — Reclamações	294
Artigo 188.º — Listas	294
Artigo 189.º — Boletins de voto e urnas	294
Artigo 190.º — Secções de voto	294
Artigo 191.º — Acto eleitoral	295
Artigo 192.º — Apuramento do acto eleitoral	295
Artigo 193.º — Acta	296
Artigo 194.º — Publicidade do resultado da eleição	296
Artigo 195.º — Início de actividades	296

Subsecção III

Protecção dos representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho

Artigo 196.º — Crédito de horas	296
Artigo 197.º — Faltas	297
Artigo 198.º — Protecção em caso de procedimento disciplinar e despedimento	297
Artigo 199.º — Protecção em caso de mudança de local de trabalho	298

Subsecção IV
Direitos

Artigo 200.º — Apoio aos representantes dos trabalhadores	298
Artigo 201.º — Reuniões com os órgãos de direcção do órgão ou serviço	298
Artigo 202.º — Exercício abusivo	298

Subsecção V
Informação e consulta

Artigo 203.º — Deveres de informação e consulta	299
Artigo 204.º — Justificação e controlo	299

CAPÍTULO XIV
Comissões de trabalhadores: constituição, estatutos e eleição

Secção I
Âmbito

Artigo 205.º — Âmbito	299
---------------------------------	-----

Secção II
Constituição e estatutos da comissão de trabalhadores

Artigo 206.º — Constituição da comissão de trabalhadores e aprovação dos estatutos	299
Artigo 207.º — Estatutos	300
Artigo 208.º — Capacidade	301
Artigo 209.º — Regulamento	301
Artigo 210.º — Caderno eleitoral	301
Artigo 211.º — Secções de voto	301
Artigo 212.º — Votação	302
Artigo 213.º — Acta	302
Artigo 214.º — Apuramento global	302
Artigo 215.º — Deliberação	303
Artigo 216.º — Publicidade do resultado da votação	303
Artigo 217.º — Alteração dos estatutos	303

Secção III
Eleição da comissão e das subcomissões de trabalhadores

Artigo 218.º — Regras gerais da eleição	303
Artigo 219.º — Publicidade do resultado da eleição	304
Artigo 220.º — Início de actividades	304
Artigo 221.º — Duração dos mandatos	304

Secção IV
Constituição e estatutos da comissão coordenadora

Artigo 222.º — Constituição e estatutos	305
Artigo 223.º — Número de membros	305
Artigo 224.º — Duração dos mandatos	305
Artigo 225.º — Participação das comissões de trabalhadores	305

Secção V
Eleição da comissão coordenadora

Artigo 226.º — Eleição	306
Artigo 227.º — Início de funções	306

Secção VI
Registo e publicação

Artigo 228.º — Registo	306
Artigo 229.º — Publicação	307
Artigo 230.º — Controlo de legalidade da constituição e dos estatutos das comissões	307

CAPÍTULO XV
Direitos das comissões e subcomissões de trabalhadores

Secção I
Âmbito

Artigo 231.º — Âmbito	308
---------------------------------	-----

Secção II
Direitos em geral

Artigo 232.º — Direitos das comissões e das subcomissões de trabalhadores . .	308
Artigo 233.º — Reuniões da comissão de trabalhadores com o dirigente máximo ou órgão de direcção do órgão ou serviço	309

Secção III
Informação e consulta

Artigo 234.º — Conteúdo do direito a informação	309
Artigo 235.º — Obrigatoriedade de parecer prévio	310
Artigo 236.º — Prestação de informações	310

Secção IV
Exercício do controlo de gestão no órgão ou serviço

Artigo 237.º — Finalidade do controlo de gestão	311
---	-----

Artigo 238.º — Conteúdo do controlo de gestão	311
Artigo 239.º — Exclusões do controlo de gestão	311

CAPÍTULO XVI

Exercício da actividade sindical

Secção I

Actos eleitorais

Artigo 240.º — Âmbito	312
Artigo 241.º — Participação nos processos eleitorais.	312
Artigo 242.º — Formalidades	313
Artigo 243.º — Votação	313
Artigo 244.º — Votação em local diferente	313
Artigo 245.º — Extensão	313

Secção II

Reuniões de trabalhadores

Artigo 246.º — Âmbito	313
Artigo 247.º — Convocação de reuniões de trabalhadores.	314
Artigo 248.º — Procedimento	314

CAPÍTULO XVII

Associações sindicais

Artigo 249.º — Âmbito	314
Artigo 250.º — Crédito de horas dos membros da direcção.	314
Artigo 251.º — Não cumulação de crédito de horas	317
Artigo 252.º — Faltas.	318
Artigo 253.º — Suspensão do contrato	318

CAPÍTULO XVIII

Arbitragem necessária

Secção I

Âmbito

Artigo 254.º — Âmbito	318
-----------------------------	-----

Secção II

Designação de árbitros

Artigo 255.º — Escolha dos árbitros	319
Artigo 256.º — Escolha do terceiro árbitro	319
Artigo 257.º — Sorteio de árbitros	320
Artigo 258.º — Notificações e comunicações	320

Secção III
Árbitros

Artigo 259.º — Listas de árbitros	321
Artigo 260.º — Constituição do tribunal arbitral	321
Artigo 261.º — Substituição de árbitros na composição do tribunal arbitral . . .	322
Artigo 262.º — Substituição na lista de árbitros	322
Artigo 263.º — Limitações de actividades	322
Artigo 264.º — Sanção	323
Artigo 265.º — Competência do presidente do Conselho Económico e Social .	323

Secção IV
Do funcionamento da arbitragem

Subsecção I
Disposições gerais

Artigo 266.º — Supletividade	323
Artigo 267.º — Presidente	324
Artigo 268.º — Impedimento e suspeição	324
Artigo 269.º — Questões processuais	324
Artigo 270.º — Contagem dos prazos	325
Artigo 271.º — Língua	325
Artigo 272.º — Dever de sigilo	325

Subsecção II
Audição das partes

Artigo 273.º — Início da arbitragem	325
Artigo 274.º — Audição das partes	326
Artigo 275.º — Alegações escritas	326
Artigo 276.º — Alegações orais	326

Subsecção III
Tentativa de acordo

Artigo 277.º — Tentativa de acordo	327
Artigo 278.º — Redução ou extinção da arbitragem	327

Subsecção IV
Instrução

Artigo 279.º — Instrução	328
Artigo 280.º — Peritos	328

Subsecção V
Decisão

Artigo 281.º — Decisão	328
----------------------------------	-----

Subsecção VI
Apoio técnico e administrativo

Artigo 282.º — Apoio técnico	329
Artigo 283.º — Apoio administrativo	329
Artigo 284.º — Local	329
Artigo 285.º — Honorários dos árbitros e peritos	330
Artigo 286.º — Encargos do processo	330

CAPÍTULO XIX
Arbitragem dos serviços mínimos

Secção I
Âmbito

Artigo 287.º — Âmbito	331
---------------------------------	-----

Secção II
Designação de árbitros

Artigo 288.º — Constituição do colégio arbitral	331
---	-----

Secção III
Do funcionamento da arbitragem

Subsecção I
Disposições gerais

Artigo 289.º — Impedimento e suspeição	332
--	-----

Subsecção II
Audição das partes

Artigo 290.º — Início e desenvolvimento da arbitragem	332
Artigo 291.º — Audição das partes	333
Artigo 292.º — Redução da arbitragem	333
Artigo 293.º — Peritos	333

Subsecção III
Decisão

Artigo 294.º — Decisão	334
----------------------------------	-----

Artigo 295.º — Designação dos trabalhadores	334
Artigo 296.º — Subsidiariedade	334

CAPÍTULO XX
Disposições finais e transitórias

Artigo 297.º — Atribuições	335
Artigo 298.º — Composição	335
Artigo 299.º — Competências	335
Artigo 300.º — Deliberação	336
Artigo 301.º — Recursos humanos e financeiros	336
Artigo 302.º — Regulamento de funcionamento	336

LEI N.º 58/2008, de 9 de Setembro
Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Oúblicas

Artigo 1.º — Objecto	337
Artigo 2.º — Contagem dos prazos	337
Artigo 3.º — Trabalhadores referidos no n.º 4 do artigo 88.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro	338
Artigo 4.º — Aplicação no tempo	338
Artigo 5.º — Norma revogatória	340
Artigo 6.º — Remissões	340
Artigo 7.º — Entrada em vigor	340

**ESTATUTO DISCIPLINAR DOS TRABALHADORES QUE
EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS**

CAPÍTULO I
Âmbito de aplicação

Artigo 1.º — Âmbito de aplicação subjectivo	343
Artigo 2.º — Âmbito de aplicação objectivo	344

CAPÍTULO II
Princípios fundamentais

Artigo 3.º — Infracção disciplinar	344
Artigo 4.º — Sujeição ao poder disciplinar	346
Artigo 5.º — Exclusão da responsabilidade disciplinar	347
Artigo 6.º — Prescrição do procedimento disciplinar	347

Artigo 7.º — Efeitos da pronúncia e da condenação em processo penal	348
Artigo 8.º — Factos passíveis de ser considerados infracção penal	349

CAPÍTULO III

Penas disciplinares e seus efeitos

Artigo 9.º — Escala das penas.	349
Artigo 10.º — Caracterização das penas	35
Artigo 11.º — Efeitos das penas.	350
Artigo 12.º — Penas aplicáveis em caso de cessação da relação jurídica de emprego público	351

CAPÍTULO IV

Competência disciplinar

Artigo 13.º — Princípio geral.	351
Artigo 14.º — Competência para aplicação das penas.	352

CAPÍTULO V

Factos a que são aplicáveis as penas

Artigo 15.º — Repreensão escrita.	352
Artigo 16.º — Multa	353
Artigo 17.º — Suspensão	353
Artigo 18.º — Demissão e despedimento por facto imputável ao trabalhador . .	355
Artigo 19.º — Cessação da comissão de serviço	357
Artigo 20.º — Escolha e medida das penas	357
Artigo 21.º — Circunstâncias dirimentes.	357
Artigo 22.º — Circunstâncias atenuantes especiais	358
Artigo 23.º — Atenuação extraordinária	358
Artigo 24.º — Circunstâncias agravantes especiais	358
Artigo 25.º — Suspensão das penas	359
Artigo 26.º — Prescrição das penas	360

CAPÍTULO VI

Procedimento disciplinar

Secção I

Disposições gerais

Artigo 27.º — Formas de processo.	360
Artigo 28.º — Obrigatoriedade de processo disciplinar	360
Artigo 29.º — Competência para a instauração do procedimento	361
Artigo 30.º — Local da instauração e mudança de órgão ou serviço na pendência do processo	361
Artigo 31.º — Apensação de processos	362
Artigo 32.º — Arguido em acumulação de funções	362

Artigo 33.º — Natureza secreta do processo	362
Artigo 34.º — Forma dos actos	363
Artigo 35.º — Constituição de advogado	363
Artigo 36.º — Actos officiosos	363
Artigo 37.º — Nulidades	364
Artigo 38.º — Alteração da situação jurídico-funcional do arguido	364

Secção II
Procedimento disciplinar comum

Subsecção I
Disposição geral

Artigo 39.º — Início e termo da instrução	364
---	-----

Subsecção II
Fase de instrução do processo

Artigo 40.º — Participação ou queixa	365
Artigo 41.º — Despacho liminar	366
Artigo 42.º — Nomeação do instrutor	366
Artigo 43.º — Suspeição do instrutor	367
Artigo 44.º — Medidas cautelares	367
Artigo 45.º — Suspensão preventiva	367
Artigo 46.º — Instrução do processo	368
Artigo 47.º — Testemunhas na fase de instrução	369
Artigo 48.º — Termo de instrução	369

Subsecção III
Fase de defesa do arguido

Artigo 49.º — Notificação da acusação	369
Artigo 50.º — Incapacidade física ou mental	370
Artigo 51.º — Exame do processo e apresentação da defesa	371
Artigo 52.º — Confiança do processo	372
Artigo 53.º — Produção da prova oferecida pelo arguido	372

Subsecção IV
Fase final do instrutor

Artigo 54.º — Relatório final do instrutor	373
--	-----

Subsecção V
Fase de decisão disciplinar e sua execução

Artigo 55.º — Decisão	374
Artigo 56.º — Pluralidade de arguidos	374

Artigo 57.º — Notificação da decisão	375
Artigo 58.º — Início de produção de efeitos das penas	35

Subsecção VI
Impugnações

Artigo 59.º — Meios impugnatórios	376
Artigo 60.º — Recurso hierárquico ou tutelar	376
Artigo 61.º — Outros meios de prova	377
Artigo 62.º — Regime de subida dos recursos	377
Artigo 63.º — Renovação do procedimento disciplinar	377
Artigo 64.º — Efeitos da invalidade	378
Artigo 65.º — Indemnização em substituição da reconstituição da situação . . .	379

Secção III
Procedimento disciplinar especial

Subsecção I
Processos de inquérito e de sindicância

Artigo 66.º — Inquérito e sindicância	380
Artigo 67.º — Anúncios e editais	380
Artigo 68.º — Relatório e trâmites ulteriores	381

Subsecção II
Processo de averiguações

Artigo 69.º — Instauração	381
Artigo 70.º — Tramitação	382
Artigo 71.º — Relatório e decisão	383

Subsecção III
Revisão do procedimento disciplinar

Artigo 72.º — Requisitos da revisão	384
Artigo 73.º — Legitimidade	384
Artigo 74.º — Decisão sobre o requerimento	385
Artigo 75.º — Trâmites	385
Artigo 76.º — Efeito sobre o cumprimento da pena	385
Artigo 77.º — Efeitos da revisão procedente	385

Secção IV
Reabilitação

Artigo 78.º — Regime aplicável	386
--	-----

CAPÍTULO VII

Multas

Artigo 79.º — Destino das multas	387
Artigo 80.º — Outros destinos das multas	387
Artigo 81.º — Não pagamento voluntário	387
Artigo 82.º — Execução.	388
APÊNDICE : Declarações políticas sobre o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas – Debate na Assembleia da República que teve lugar no dia 18 de Julho de 2008.	391